

## PODER

Dez pedidos de impeachment contra integrantes do STF tramitam no Senado. Seis são direcionados a Alexandre de Moraes, relator de inquéritos que incomodam bolsonaristas

# CPI renova onda de ataques ao Supremo

» AUGUSTO FERNANDES  
» RENATO SOUZA

A instalação da CPI da Covid-19 no Senado aumentou a pressão sobre o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para o Congresso dar prosseguimento a pedidos de impeachment contra os integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF). No momento, há ao menos 10 petições no Senado com esse objetivo. No entanto, existe o temor de que elas sejam usadas como instrumento pelo governo para desviar o foco da CPI e obriguem reações institucionais da Corte. Grande parte dos senadores também avaliam que pautar o tema traria radicalismo e insegurança democrática, de acordo com fontes no Congresso e no Supremo, pois os magistrados mantêm diálogos permanentes com o Legislativo.

A maioria dos documentos em tramitação no Senado visa o ministro Alexandre de Moraes: seis requerimentos defendem o seu impeachment. Ele entrou na mira após virar o relator do inquérito aberto pelo então presidente da Corte, Dias Toffoli, para apurar ataques e fake news contra o tribunal e seus magistrados. Moraes foi escolhido pelo próprio ministro Toffoli para conduzir o caso. Além desta investigação, Moraes conduz o inquérito que investiga a organização e o patrocínio de atos antidemocráticos.

Uma das petições contra Moraes foi formulada pelos senadores Eduardo Girão (Podemos-CE), Lasier Martins (Podemos-RS), Jorge Kajuru (Podemos-GO), Styvenson Valentim (Podemos-RN) e Luis Carlos Heinze (PP-RS), em que eles alegam que o ministro cometeu crime de responsabilidade ao determinar a prisão do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ). Kajuru até ingressou no STF para que Pacheco fosse obrigado a analisar o pedido. Mas, na semana passada, o ministro Nunes Marques foi contra a ação do senador.

“Esta Corte tem considerado que a atuação do presidente do Senado e da Mesa Diretora em processo de impeachment de ministro do Supremo Tribunal Federal não é meramente burocrática, mas sim uma atividade propriamente de exame preliminar de conteúdo, de modo a evitar que o plenário seja chamado a avaliar todo e qualquer requerimento, inclusive aqueles manifestamente infundados”, justificou o magistrado. A petição continua tramitando no Senado, cabendo a Pacheco dar a palavra final sobre o pleito dos parlamentares.

Apesar da pressão dos parlamentares, o presidente do Congresso tem adotado cautela. “Os pedidos de impeachment tanto de ministros do Supremo quanto do presidente da República devem ser tratados com muita responsabilidade, não se pode banalizar o instituto. Não podem ser usados por revanchismo ou retaliação”, salientou Pacheco, em entrevista ao *Valor Econômico*.

Reprodução de internet



Sessão virtual do STF: ministros são acusados de interferirem em Poderes e violarem garantias parlamentares

## » Revolta contra a toga

Saiba quais são os pedidos de impeachment contra ministros do Supremo em análise pelo Senado

Autor(es)	Ministro-alvo	Motivo
» Mauricio dos Santos Pereira (advogado)	» Gilmar Mendes	» Ofensas proferidas contra procuradores federais
» Nelio dos Santos Barbosa (advogado)	» Cármen Lúcia	» Suposta atuação ilegal durante análise de um recurso
» Eduardo Girão, Lasier Martins, Jorge Kajuru, Styvenson Valentim e Luis Carlos Heinze (senadores)	» Alexandre de Moraes	» Ordem de prender o deputado Daniel Silveira (PSL-RJ)
» Roberto Jefferson (presidente do PTB) e Luiz Gustavo Pereira da Cunha (advogado)	» Alexandre de Moraes	» Suposta parcialidade de Moraes no julgamento do STF sobre a possibilidade de reeleição dos presidentes da Câmara e do Senado
» Roberto Jefferson (presidente do PTB) e Luiz Gustavo Pereira da Cunha (advogado)	» Edson Fachin	» Decisão que anulou as condenações contra o ex-presidente Lula
» Anfrísio Gomes Ferreira (militar)	» Alexandre de Moraes	» Suposta interferência no Executivo para barrar atos assinados por Bolsonaro
» Associação dos Advogados e Estagiários do Estado do Rio de Janeiro	» Alexandre de Moraes	» Ordem de prender o deputado Daniel Silveira (PSL-RJ)
» Associação Nacional dos Bacharéis (ANB)	» Todos os ministros do STF	» Suposta atuação ilegal de todos os ministros do STF, que estariam trabalhando para instituir de um estado policial ou de exceção no país
» Lucínio Castelo de Assunção (deputado estadual do Espírito Santo)	» Alexandre de Moraes	» Ordem de prender o deputado Daniel Silveira (PSL-RJ)
» Jorge Kajuru (senador)	» Alexandre de Moraes	» Suposta ilegalidade na condução do inquérito que apura a produção de notícias falsas e ofensas contra ministros do STF

Lava-Jato de Curitiba durante as sessões do Supremo e entrevistas à imprensa. Cármen Lúcia, por sua vez, é acusada de atuar de maneira ilegal durante análise de um recurso. Dentro do Supremo, a avaliação é de que os pedidos devem ser arquivados, e que, mesmo com apoio do Planalto, não devem avançar.

## Outros ministros

Além dos seis ataques contra Moraes, três pedidos de impeachment foram apresentados contra os ministros Edson Fachin, Gilmar Mendes e Cármen Lúcia. Fachin é acusado de exercer “atividade político-partidária” pelo presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson. A ação se refere à recente anulação das condenações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na Lava-Jato por parte do ministro. Segundo o texto do petista, Fachin “incorreu no crime de responsabilidade”.

Mendes virou alvo após fazer críticas ao procurador Deltan Dallagnol e outros integrantes da

Lava-Jato de Curitiba durante as sessões do Supremo e entrevistas à imprensa. Cármen Lúcia, por sua vez, é acusada de atuar de maneira ilegal durante análise de um recurso. Dentro do Supremo, a avaliação é de que os pedidos devem ser arquivados, e que, mesmo com apoio do Planalto, não devem avançar.

Há, ainda, um requerimento que pede o afastamento de todos os 11 ministros do STF. A petição foi formulada pela Associação Nacional dos Bacharéis (ANB), que usa o inquérito das notícias falsas como base para denunciar que o trabalho exercido pela Suprema Corte visa a instituição de um estado policial ou de exceção no país, o que a entidade alerta ser “proibido constitucionalmente no Brasil”.

Com a decisão sobre a CPI

de covid-19, o ministro Luís Roberto Barroso tornou-se o principal alvo do Planalto. Em 2020, um pedido de impeachment contra ele foi apresentado ao Senado por deputados, dentre eles Daniel Silveira (PSL-RJ), antes de ser preso pelo Supremo, e Major Fabiana (PSL-RJ), acusando o magistrado de omitir informações sobre danos em razão de ataques cibernéticos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) durante as eleições municipais.

Como a petição não surtiu efeito, parlamentares da base do governo avaliam fazer um novo pedido de impeachment contra ele. Outra linha estudada pelo Executivo é de que o pedido seja feito pelo advogado-geral da União, André Mendonça.



## Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo  
luizazedo.df@dabr.com.br



## A nobreza, o povo e a plebe

A palavra isogênese — no dicionário, igualdade ou semelhança de origem ou desenvolvimento — é a linha que separa a democracia moderna das antigas, que se baseavam na participação direta apenas de uma elite de proprietários, como na República de Platão. É o fundamento ideal do regime democrático, que se baseia na concepção enraizada no Ocidente de que a natureza humana faz os homens originalmente iguais, não importa a condição social. Para que essa compreensão se tornasse hegemônica, muito contribuiu o fundamento cristão de que todos os homens são irmãos, porque são filhos de Deus.

Essa ideia-força foi um dos pilares da Revolução Francesa (1789-1799), que secularizou a fraternidade e ancorou o jusnaturalismo, ou seja, a doutrina de que os indivíduos são pessoas dotadas de moral e direitos inalienáveis e invioláveis, que lhes pertencem por natureza. Assim, a ideia de soberania popular se contrapõe à soberania do príncipe. Para se ter uma ideia de como as coisas avançaram neste terreno, basta lembrar que Nicolau Maquiavel, nas Histórias florentinas, dizia: “Em Florença se distinguem os nobres entre si, os nobres e o povo, e por último o povo e a plebe.”

Um pouco de filosofia e teoria política não faz mal a ninguém: o povo é uma abstração conceitual, consagrada em nossa Constituição de 1988 como fonte de todo o poder — que emana do povo, para o povo e em seu nome é exercido. A sutileza do enunciado está no fato de que a democracia moderna não é direta, é representativa, e os indivíduos, com seus defeitos e interesses, são de carne e osso. Não por acaso o respeito aos direitos humanos está no centro da dinâmica de funcionamento e das disputas dos regimes representativos.

No Brasil, em razão do grande número de eleitores e do caráter direto e universal do nosso sistema eleitoral, vivemos numa democracia de massas. Além disso, o Estado brasileiro é ampliado, em razão da separação entre os Poderes, do regime federativo, da existência de uma burocracia profissional e de agências autárquicas. Os governantes eleitos não fazem o que querem e bem entendem; precisam governar com base na Lei e no compartilhamento de responsabilidades. A “moral política” é subordinada à ética.

Alguém já disse que o passado é como um diamante, ninguém joga fora. Nos garantiu instituições políticas seculares — como o Senado e o Supremo Tribunal Federal, por exemplo, pilares do Estado nacional, da integridade territorial e da conciliação entre as elites —; de outro, uma ordem social iníqua, em que a herança da escravidão até hoje se faz presente. Temos o regime de votação mais moderno e eficiente do mundo, o voto direto, secreto e universal na urna eletrônica, ao lado de uma sociedade extremamente desigual, na qual as distâncias abissais entre os ricos, a classe média e os pobres somente não são os da república florentina — a nobreza, o povo e plebe — porque as eleições igualam todo mundo na hora do voto.

## Solidariedade

O que conseguimos de progresso e redução de diferenças sociais ao longo de nossa República se deve a isso. Durante o regime militar, o milagre econômico avilancou o poder aquisitivo de nossa classe média, mas houve muita concentração de renda e foi exatamente isso, com o achatamento dos salários, que provocou a entrada em cena dos operários e seus sindicatos na luta pela democracia. Entretanto, nossa democracia nunca esteve tão ameaçada, desde a eleição de Tancredo Neves, em 1985.

Isso ocorre em todo o mundo, em razão das mudanças de regras de comportamento nas sociedades secularizadas; da não-integração plena dos estratos sociais de mais baixa renda; e dos avanços tecnológicos. Mas aqui a situação é mais grave. O presidente Jair Bolsonaro sonha com uma “ditadura do Executivo”. Vive fazendo ameaças aos demais Poderes e energiza grupos radicais, alguns verdadeiras milícias políticas armadas, dispostos a defendê-lo a qualquer preço. O agravamento da crise social pela pandemia é um terreno fértil para isso, por causa do desespero das famílias que passam por necessidades, daí a importância da solidariedade com os menos favorecidos, os “invisíveis”, para mitigar suas dificuldades, sobretudo a fome.

## » Com Pazuello, Bolsonaro provoca aglomeração em Goiás

Em viagem não oficial, o presidente Jair Bolsonaro provocou aglomeração em Goiânia (GO), a 168km de Brasília. Ele cumprimentou populares e trocou apertos de mão com idosos e crianças. Em nenhum momento, o chefe do Executivo se preocupou com as medidas de distanciamento social e outras ações preventivas para evitar o contágio pela covid-19. Sem usar máscara, Bolsonaro, inclusive, segurou um bebê no colo. A viagem foi realizada ao lado do ministro da Defesa, Walter Braga Netto, e do ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. Assim como Bolsonaro, Pazuello é

alvo da CPI que investiga a condução da crise de saúde provocada pela covid-19. Ao circular pelo município goiano, o presidente parou em um posto da Polícia Federal. O motivo da visita não foi revelado. A aglomeração ocorreu um dia após Bolsonaro informar que passará por uma nova cirurgia para corrigir uma hérnia, gerada em consequência da facada que sofreu durante a campanha para as eleições de 2018. O presidente confirmou que será internado para o sétimo procedimento cirúrgico a apoiadores reunidos na entrada do Palácio da Alvorada.

Reprodução de internet

